



ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL N.º 0009351-05.2009.815.2001.

ORIGEM: 3ª Vara Cível da Comarca da Capital.

RELATOR: Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira.

APELANTE: Aurilene Moraes de Vasconcelos.

ADVOGADO: Luciano Viana da Silva (OAB/PB nº 11.848).

APELADO: Espólio de Alice de Paz Figueiredo, representado por Marcos da Paz Figueiredo e outros.

ADVOGADO: Lyra Benjamin de Torres (OAB/PB nº 1.116) e Leopoldo Fernandes Franca Torres (OAB/PB nº 11.423).

EMENTA: APELAÇÃO. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO PROPOSTA EM FACE DE PESSOA FALECIDA ANTES DO AJUIZAMENTO DA DEMANDA. IMPOSSIBILIDADE DE REDIRECIONAMENTO AOS SUCESSORES. INAPLICABILIDADE DO ART. 110, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL DE REGULAR DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO. PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA PÁTRIOS. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. NEGADO PROVIMENTO AO APELO. SENTENÇA MANTIDA.

“Deve ser extinta a ação, sem resolução de mérito, ajuizada contra pessoa já falecida à época da sua propositura, face manifesta ilegitimidade passiva. A substituição processual prevista no art. 110 do CPC/2015 é incabível quando o óbito é precedente ao ajuizamento da ação e somente se aplica se o falecimento da parte ocorre no curso do feito.” (Apelação Cível nº 0152578-34.2013.8.13.0525 (1), 18ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Vasconcelos Lins. j. 13.06.2017, Publ. 20.06.2017)

VISTO, relatado e discutido o presente procedimento referente à Apelação Cível n.º 0009351-05.2009.815.2001, em que figuram como Apelante Aurilene Moraes de Vasconcelos e como Parte Apelada o Espólio de Alice de Paz Figueiredo, representado por Marcos da Paz Figueiredo, Marlene Figueiredo e Marli Figueiredo.

ACORDAM os eminentes Desembargadores integrantes da colenda Quarta Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, à unanimidade, acompanhando o voto do Relator, **em conhecer da Apelação e negar-lhe provimento.**

VOTO.

Aurilene Moraes de Vasconcelos interpôs **Apelação** contra a Sentença prolatada pelo Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca desta Capital, f. 139/140, nos autos da Ação de Usucapião Extraordinário por ela intentada em face de **Alice de Paz Figueiredo**, que extinguiu o feito sem resolução do mérito, ao fundamento de que não foi preenchido o requisito da legitimidade passiva, posto que a demanda foi proposta contra pessoa falecida antes de seu ajuizamento, condenando a Autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência, arbitrados na quantia de R\$ 1.000,00, com exigibilidade suspensa em razão da gratuidade judiciária que lhe foi concedida.

Em suas razões, f. 143/148, afirmou que os herdeiros da Parte Ré ingressaram voluntariamente na lide e apresentaram Contestação, pelo que sustentou a configuração da angulação da relação processual, inexistindo, em seu dizer, qualquer irregularidade processual a ensejar a extinção do feito sem resolução do mérito.

Pugnou pelo provimento do Apelo e reforma da Sentença, para que seja determinado o retorno dos autos à Origem para o regular prosseguimento do feito.

Sem Contrarrazões dos Apelados, consoante a Certidão de f. 163.

A Procuradoria de Justiça emitiu Parecer, f. 157/158, opinando pelo desprovimento do Recurso, por entender que, como a Parte Ré já havia falecido à época do ajuizamento da Ação, não detinha a capacidade de ser parte naquele momento.

É o Relatório.

O Recurso é tempestivo e seu preparo dispensado, por ser a Recorrente beneficiária da gratuidade judiciária, pelo que, presentes os requisitos de admissibilidade, **dele conheço**.

A jurisprudência dos Tribunais de Justiça pátrios é uníssona no sentido de que o ajuizamento de ação em face de pessoa já falecida configura a ausência de pressuposto processual da capacidade do réu ser parte, ensejando a extinção do feito sem resolução do mérito, posto que a substituição processual prevista no art. 110, do Código de Processo Civil¹, é incabível quando o óbito é precedente ao ajuizamento da ação e somente se aplica se o falecimento da parte ocorre no curso do feito.

Nesse sentido, veja-se, ilustrativamente, precedentes do TJPR, TJMS, TJMG, TJBA, TJGO e TJMT:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. BUSCA E APREENSÃO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM O JULGAMENTO DE MÉRITO. ART. 485, VI DO CPC. DEVEDOR FALECIDO EM DATA ANTERIOR AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. AUSÊNCIA DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO DO PROCESSO. a) **Tendo o devedor falecido antes do ajuizamento da ação de busca e apreensão, ausente está o pressuposto processual da capacidade do réu ser parte, ensejando a extinção do feito sem resolução do mérito.** b) Sendo a comprovação da constituição em mora do devedor pressuposto da ação de busca e apreensão, nos termos da súmula 72 do STJ, a parte ré não foi regularmente constituída em mora na situação concreta, na medida em que faleceu antes da entrega da notificação. 2) APELO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (Processo nº 1710808-4, 5ª Câmara Cível do TJPR, Rel. Leonel Cunha. unânime, DJ 16.10.2017)

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO – RÉ JÁ FALECIDA QUANDO DO AJUIZAMENTO – IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO – EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO – RECURSO DESPROVIDO. **1. A substituição processual só é possível na hipótese de o falecimento de uma das partes ocorrer durante o trâmite do processo. 2. Ajuizada a ação contra pessoa falecida, não há que se falar em intimação para regularização, devendo o processo ser extinto sem resolução de mérito.** (Apelação nº 0801740-59.2014.8.12.0001, 2ª Câmara Cível

¹ Art. 110. Ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-á a sucessão pelo seu espólio ou pelos seus sucessores, observado o disposto no art. 313, §§ 1º e 2º.

do TJMS, Rel. Jairo Roberto de Quadros. j. 12.07.2016)

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO – FALECIMENTO DO DEVEDOR ANTERIOR À NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL – ILEGITIMIDADE PASSIVA – SUBSTITUIÇÃO DO POLO PASSIVO PELOS HERDEIROS – IMPOSSIBILIDADE – EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Deve ser extinta a ação, sem resolução de mérito, ajuizada contra pessoa já falecida à época da sua propositura, face manifesta ilegitimidade passiva. A substituição processual prevista no art. 110 do CPC/2015 é incabível quando o óbito é precedente ao ajuizamento da ação e somente se aplica se o falecimento da parte ocorre no curso do feito. (Apelação Cível nº 0152578-34.2013.8.13.0525 (1), 18ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Vasconcelos Lins. j. 13.06.2017, Publ. 20.06.2017)

PROCESSO CIVIL. RÉU FALECIDO ANTES DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. SENTENÇA DE EXTINÇÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. (Apelação nº 0000951-64.2011.8.05.0043, 4ª Câmara Cível/TJBA, Rel. Humberto Nogueira. Publ. 09.11.2016)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM AÇÃO DE DEPÓSITO. FALECIMENTO DO RÉU ANTES DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL DE REGULAR DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO. SUCESSÃO. IMPOSSIBILIDADE. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. 1. Impossível estabelecer a regularidade processual, se ao tempo da propositura da ação, já era o requerido falecido, razão pela qual jamais poderia ter sido implementada a relação processual. Noutra senda, não demonstrada a comprovação da constituição em mora do devedor, inviável a propositura de ação de busca e apreensão. 2. Não há que se aplicar a sucessão processual já que esta é cabível somente quando ocorre falecimento da parte durante o curso do processo. 3. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA, MAS DESPROVIDA. (Apelação Cível nº 451082-58.2013.8.09.0087 (201394510829), 4ª Câmara Cível do TJGO, Rel. Maurício Porfirio Rosa. unânime, DJe 14.10.2016)

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE USUCAPIÃO MOVIDA EM FACE DE PESSOA JÁ FALECIDA – MORTE DA PESSOA NATURAL QUE PÔE FIM À QUALIDADE DE SUJEITO DE DIREITO – HIPÓTESE EM QUE, COM A MORTE, OS BENS E DIREITOS OUTRORA DE TITULARIDADE DO FALECIDO PASSAM A SER DE TITULARIDADE DE SEU ESPÓLIO (ART. 1.784 DO CC) - FALTA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL DE VALIDADE – SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL – IMPOSSIBILIDADE – EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Falecida a parte, a legitimação processual para sua representação ativa ou passivamente em Juízo é do espólio, por meio de seu inventariante (art. 12, V, do CPC. ou, caso não aberto o inventário no prazo legal, pela sucessão formada por todos os seus herdeiros. Falecido o réu antes do ajuizamento da ação, impõe-se a extinção do feito, sem julgamento do mérito, por ausência de pressuposto processual. A substituição processual, prevista no art. 43 do CPC/1973, aplica-se apenas aos casos de falecimento de qualquer das partes durante o curso do processo, ou seja, falecimento de quem já esteja integrando a relação processual, figurando no polo ativo ou passivo da ação. (Apelação nº 0000731-73.2006.8.11.0108, 5ª Câmara Cível do TJMT, Rel. Dirceu dos Santos. j. 03.08.2016, DJe 19.08.2016)

No caso destes autos, a Ação foi ajuizada em 09 de fevereiro de 2009, em desfavor de Alice de Paz Figueiredo, falecida em 08 de novembro de 2001, consoante demonstra a Certidão de Óbito colacionada à f. 50.

O Código de Processo Civil prevê, expressamente em seu art. 313 e §§, as medidas que devem ser adotadas no caso de falecimento de alguma das partes no curso do processo e estabelece a necessidade de suspensão do processo, para o fim de haver a substituição do de cujus pelo respectivo espólio ou pelos sucessores da parte.

Entretanto, *in casu*, o processo não estava em curso quando do óbito da parte ré, fato que se deu antes do ajuizamento da presente demanda, pelo que não há possibilidade de qualquer redirecionamento da ação.

A regularização do polo passivo é necessária para a constituição válida da triangularização processual e, por isso, não se pode pensar em ação ajuizada contra indivíduo já falecido, posto que a personalidade da parte é condição *sine qua non* para a formação válida da relação processual, como acertadamente decidiu o Juízo.

Posto isso, **conhecida a Apelação, nego-lhe provimento.**

É o voto.

Presidi o julgamento realizado na Sessão Ordinária desta Quarta Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, no dia 14 de dezembro de 2017, conforme Certidão de julgamento, dele também participando, além deste Relator, o Exmo. Des. João Alves da Silva e o Exmo. Dr. Tércio Chaves de Moura (juiz convocado para substituir o Exmo. Des. Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho). Presente à sessão a Exma. Procuradora de Justiça Dra. Jacilene Nicolau Faustino Gomes.

Gabinete no TJ/PB em João Pessoa,

Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira
Relator